

PARTE III

DIMENSÕES PRÁTICAS E LOCAIS



ROWAN IRELAND*

FRÁGEIS SINERGIAS PARA O
DESENVOLVIMENTO: O CASO
DO JARDIM ORATÓRIO,
SÃO PAULO – BRASIL

INTRODUÇÃO

O Jardim Oratório é uma favela com cerca de 15.000 habitantes, situada na cidade de Mauá, na periferia sudeste da Grande São Paulo. Tenho acompanhado as vicissitudes de sua *Comissão da Terra* desde 1988, quando passei os primeiros quatro meses como residente naquela comunidade, realizando a primeira de várias etapas de um trabalho de campo que continuou nos anos 1991, 1992, 1996 e 2001. O acompanhamento da atividade dessa *Comissão* foi o mais intensivo de uma série de estudos de caso acerca de associações locais cujos membros consideravam-se parte do movimento popular brasileiro como um todo, muito aludido na década de 1980, porém tendendo a sair de cena neste novo século¹. O objetivo desses estudos de caso longitudinais foi de-

* Rowan Ireland é professor de Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais, Universidade La Trobe, Austrália. Pesquisou nas áreas de religião e política no Brasil e, mais recentemente, sobre movimentos sociais, sociedade civil e o aperfeiçoamento da democracia no país.

1 Os outros estudos de caso foram realizados em São Bernardo e na Cidade Tiradentes, em São Paulo; no bairro de Casa Amarela, no Recife/PE; e no Pelourinho, em Salvador/BA. As razões da decrescente visibilidade dos movimentos populares são apontadas em Álvarez (1997) e Hochstetler (2000). Ambos argumentam que os movimentos merecem mais atenção dos cientistas sociais do que a que atualmente recebem.

terminar de que maneira as associações figuravam na vida social, política e econômica dos bairros populares nos quais atuavam. Em que medida elas integravam as manifestações locais dos movimentos dos pobres, presentes nos bastidores da luta em prol do desenvolvimento, em sentido amplo? Em que medida elas estavam alimentando os “anseios populares”², posto que mobilizavam os moradores em torno de uma ação coletiva destinada a conseguir títulos de propriedade, água potável, saneamento e outros componentes da infra-estrutura urbana? Em que medida não estavam elas apenas dirigindo-se ao Estado para reivindicar remédios para as patologias da pobreza, mas, ao mesmo tempo, construindo um espaço no qual os excluídos pudessem criar novas formas de conexão social e cultural? (Cavalcanti, 2002). Em que medida, analisados à luz de seus componentes – as associações locais – os movimentos populares urbanos foram conclamados a participar da literatura entusiasta da década de 1970 e do início dos anos 80 do século XX? (Slater, 1985; Ireland, 1999).

Esta comunicação focaliza apenas o estudo de caso do Jardim Oratório, e, embora não responda a todas essas longas perguntas, são elas as que fixam os parâmetros das entrevistas. Os dirigentes da *Comissão da Terra* têm, durante muito tempo, compartilhado as esperanças expressas por essa literatura acadêmica. Ao longo de quase 20 anos, eles têm tentado captar uma concepção de transformação da sociedade, concebida através dos movimentos populares, apesar de que essa concepção, ao longo dos anos, mostra-se alternadamente nítida e nebulosa, e as fortunas daqueles que a sustentam, do mesmo modo, aumentam e minguam. É de notar-se que a visão deles, assim como seus projetos e práticas, aproximam-se muito das novas concepções sobre o processo de desenvolvimento (Sen, 1999; Evans, 1996)³. Assim, um estudo longitudinal das vicissitudes da *Comissão* ajuda a avaliar hipóteses, expectativas e demandas no marco de uma nova teoria do desenvolvimento. Ajuda, também, a apreciar as possibilidades e os perigos do intrincado equilíbrio e da dialética envolvendo o Estado, as ONGs e os atores do movimento social local de que se ocupa a teoria.

A VISÃO DESENVOLVIMENTISTA DA COMISSÃO

Nos três estudos de caso de São Paulo, pediu-se aos líderes e a outros membros das associações que expusessem sua visão sobre a sociedade futura, transformada, que desejavam; os adversários que eles

2 Daniel Levine define ‘sujeitos populares’ como um “conjunto de homens e mulheres confiáveis, articulados e capazes, pertencentes a populações até agora silenciosas, desorganizadas e passivas” (Levine, 1993: 171).

3 Talvez de forma não tão marcante quanto Evans, por exemplo, contribuiu para esse novo corpo teórico com base em estudos de caso, inclusive o de Tendler, no Ceará.

consideravam estar enfrentando em sua luta por um futuro melhor; sua maneira de atender às demandas nos âmbitos do movimento, da comunidade, do Estado e do mercado, com os quais eles tinham que negociar diariamente; sua vulnerabilidade e seus desafios *versus* sua esperança e o desejo de conquistas positivas em relação às suas metas de transformação.

Para surpresa do pesquisador, havia um considerável nível de consenso em torno de todos esses aspectos entre dirigentes e membros comuns; entre os muito envolvidos nas *Comunidades de Base da Igreja Católica* e aqueles que delas participavam apenas de forma marginal; entre os de nível educacional mais alto e os que não tinham o primeiro grau completo; entre os entrevistados em 1988 e os de 2001. Apesar das enormes diferenças em termos de biografia, retórica e ênfase, havia realmente uma visão comum no seio da *Comissão*. O conteúdo dessa visão emergirá em apenas duas entrevistas, resumidas sob os cabeçalhos dos respectivos tópicos, abaixo listados.

Não se pretende que os entrevistados representem os cerca de 200 membros votantes da *Comissão*, em 1988, a não ser quanto à visão, compartilhada por eles, sobre o que aquela pretende, quais são seus adversários e suas esperanças. O primeiro entrevistado, apelidado de Mancha, é um não residente, arquiteto profissional, assessor técnico da *Comissão*. Seu discurso e sua visão sobre transformação social refletem que ambos se baseiam na práxis da Igreja Católica “progressista” no Brasil das décadas de 1970 e 1980. Uma das vantagens de resumir sua entrevista é que, tratando-se de um intelectual, ele utiliza expressões e conceitos familiares aos cientistas sociais: ele pode falar conosco de modo direto e autorizado. A desvantagem, naturalmente, reside em que sua linguagem, muito autoritária, pode mascarar a questão, no sentido de que esta indique que sua visão seja realmente a mesma dos outros dirigentes e ativistas da *Comissão*.

Essa desvantagem é compensada pelo nosso segundo entrevistado. João André completa, em 2003, duas décadas como residente do Jardim Oratório. Devido ao seu longo período como líder da *Comissão*, ele não pode ser considerado representante de todos os moradores, nem mesmo de todos os ativistas. Porém, está muito mais próximo do que Mancha dos residentes do Jardim Oratório, no que tange aos indicadores socioeconômicos, incluindo educação e renda. No entanto, sua fluente voz representa, quando muito, apenas um dos submundos daquela comunidade: o da própria *Comissão*. Conforme veremos, esse submundo não contém todo o potencial de resistência e transformação do Jardim Oratório, aspecto que a referida *Comissão* só começou a apreciar paulatinamente.

Com essas precauções em mente, podemos passar para os resumos das entrevistas.

ENTREVISTA 1

com Mancha, assessor técnico da *Comissão/1984-88*, professor de arquitetura e planejamento urbano na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) (Entrevista, novembro/1988).

O FUTURO

Mancha via sua participação regular na *Comissão*, nos fins de semana, como o envolvimento numa manifestação local de um movimento popular pela transformação da sociedade brasileira. Nesse Brasil melhor, os pobres e os até agora excluídos serão cidadãos plenos, críticos, ativamente envolvidos no planejamento urbano e na consecução de todos os tipos de direitos humanos. Nas cidades melhores do futuro, das quais terão sido co-construtores, eles poderão desenvolver seus, desde já, ricos padrões de sociabilidade e mostrar a outros brasileiros como compartilhá-los.

ADVERSÁRIOS

Aqui estão incluídos, antes de quaisquer outros, as agências e os indivíduos, nos diversos níveis do poder público, que não somente insistem em que a prerrogativa do planejamento tem que continuar exclusivamente em suas mãos, mas que planejam as áreas urbanas com vista a maximizar o controle sobre os pobres das cidades, e enfatizam mais o intercâmbio do que os valores de uso do espaço urbano, centrados no humano. A *Sociedade de Amigos do Bairro (SAB)* da localidade, que se tornou um instrumento de clientelismo político local, também é um adversário, na medida em que mobiliza os moradores com vista ao apoio aos políticos locais, sem estimulá-los a articular as próprias demandas e a desenhar os próprios projetos⁴.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO COLETIVA

É preciso estabelecer parcerias sem que nenhuma das partes envolvidas se torne dominante. Os assessores do movimento popular, como ele próprio, atuam como mediadores da linguagem, ajudando a minutar as propostas de modo que os agentes governamentais possam lê-las. Eles podem mostrar as perspectivas e modelos do planejamento urbano

⁴ Existem muitas SABs em São Paulo. Nem todas têm o caráter clientelista que Mancha e outros membros da *Comissão* geralmente atribuem à SAB local. Tampouco se pode presumir que quando uma SAB é rotulada de clientelista, isso é tudo o que pode ser dito dela no que tange às políticas de pobreza e desenvolvimento. No entanto, isso é verdade com relação às SABs nascidas sob os governos municipais populistas em São Paulo, nos anos 40 e 50 do século XX; e ocorreu uma consolidação desse caráter clientelista em muitas dessas entidades durante a década de 1950.

crítico aos ativistas do movimento local de moradores. Ademais, eles precisam captar financiamento para projetos pró-ativos, tais como a construção de casas modelo, a criação de oficinas de trabalho e jardins comunitários, que se fazem necessários se o movimento local pretende tornar-se auto-sustentável, além de poder alcançar metas de desenvolvimento mais abrangentes. Contudo, não devem dirigir ou controlar as associações nas quais eles mesmos constituem elementos necessários. Através do crescente círculo de parcerias, o movimento local poderá ir além da apresentação das demandas locais ao Estado, em direção à luta mais ampla por um novo tipo de cidade e por novas instituições, concebidas no próprio Jardim Oratório.

ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MOVIMENTO, DA COMUNIDADE, DO ESTADO E DO MERCADO

Mancha ressalta os riscos de se dar prioridade exclusiva, permanente, a qualquer um desses âmbitos inter-relacionados, bem como de se permitir que um dos domínios prevaleça sobre outro. Mas considera que a *Comissão* conta com os meios para enfrentar esses riscos com sucesso. Ele pressente o perigo de que as pressões do mercado e a influência da cultura global do consumismo dissolvam a comunidade local e subverta seus processos de formação identitária. Porém, acredita que a *Comissão* terá uma linha de defesa enquanto ela continuar a montar e manter unidades cooperativadas, como sua horta e sua cozinha comunitárias, bem como seu setor de produção de tijolos. Para neutralizar o risco de que o Jardim Oratório se transforme numa comunidade centrada na Igreja Católica, é preciso que a *Comissão* continue a incluir pessoas não religiosas, bem como evangélicos, além de oferecer serviços ao bairro como um todo. Contra o perigo de que suas cooperativas se transformem em pequenos negócios como quaisquer outros, a *Comissão* tem que manter novas formas de relações de trabalho remunerado em seu seio.

VULNERABILIDADES E FORÇAS

Mancha vê o perigo de que ONGs externas, que estão alocando recursos essenciais para certos projetos da *Comissão*, aceitem as perspectivas das agências governamentais quanto à regularização e à urbanização. Do mesmo modo, existe o risco de que os moradores locais aceitem tais perspectivas, uma vez que os títulos de propriedade tenham sido concedidos, e os serviços básicos, fornecidos. Eis o perigo do sucesso: que o modo de urbanização acabe com as relações locais de cooperação, subverta a cultura popular e a formação da identidade local, esvaziando o movimento. Outros perigos incluem o fechar-se em políticas de reivindicação a ponto de tornarem-se demasiadamente voltados para a política partidária e as lutas eleitorais locais. De modo mais geral, a negociação de qualquer

uma das interfaces com o Estado, as ONGs, a Igreja, etc., todas essenciais para a vida da associação e da comunidade local, também implicará o perigo da cooptação. Paralelamente aos riscos, existem certas forças. As cooperativas prometeram contra-atacar a tendência do movimento de se desmobilizar uma vez conseguido um mínimo de urbanização. Os recursos de ONGs internacionais reduzem a dependência do Estado, bem como o risco, a ela associado, de se ficar preso à política da demanda. O desenvolvimento, estreitamente vinculado, porém autônomo, da comunidade da Igreja traz benefícios mútuos.

ENTREVISTA 2

Com João André (JA), várias vezes presidente da *Comissão* e morador da favela há 20 anos. JA nasceu na zona rural do Ceará, migrou, aos 13 anos, para o campo, no Paraná, e chegou a Mauá, em São Paulo aos 30 anos de idade. Atualmente, é contratado como conselheiro e assessor em projetos de urbanização junto à administração do Partido dos Trabalhadores (PT)⁵, em Mauá, apesar de ter apenas o primeiro grau incompleto. (Resumo das entrevistas feitas em 1988, 1992, 1996 e 2001).

O FUTURO

A visão de JA sobre um Brasil mudado é muito mais politicamente embasada do que a de Mancha. Desde o início da década de 1980, ele milita no Partido dos Trabalhadores (PT), em nível local, e, em 1992, teve sua candidatura apoiada para a Câmara Municipal, de modo que não surpreende que o futuro pelo qual ele luta inclua o PT no poder em todos os níveis de governo, aplicando seus programas voltados para a equidade e os direitos humanos. Porém, a visão de JA sobre o próprio PT permanece a mesma do início dos anos 80 do século passado: o centro de gravidade do Partido deve estar nos seus núcleos locais, e sua vitória política sinalizará e promoverá imediatamente uma cidadania ativa e crítica nas bases populares. A governança no novo Brasil envolverá os “movimentos organizados” em nível local, ligados à Igreja e às agências estatais, porém autônomos e internamente democráticos.

ADVERSÁRIOS

Para além do Jardim Oratório, entre os adversários incluem-se elementos do governo local e agências como o Banco Nacional da Habitação, que, segundo JA, procura “desfavelizar” e controlar as populações das

5 O PT é o partido do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Além de eleger seu candidato a Presidente em 2002, a mais importante conquista do PT deu-se no nível municipal, qual seja, sua bem sucedida experiência, ao longo de 12 anos de governo, no orçamento participativo, na cidade de Porto Alegre/RS (Baiocchi, 2001).

favelas, em vez de elaborar projetos de urbanização com a participação popular local. Para JA, também são adversários os elementos da Igreja Católica que romperiam os laços com o movimento popular ou o inseririam e controlariam “no seio da Cristandade”. No marco do Jardim Oratório, os adversários são as entidades como a *Sociedade de Amigos do Bairro*, que trabalha sobre os residentes locais, ao invés de com eles, procurando mobilizá-los para que apóiem os projetos governamentais na localidade, e trocando apadrinhamentos por votos. Os adversários individuais são os manipuladores políticos competentes que utilizam a linguagem da participação popular para ocultar a realidade do controle e do clientelismo.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO COLETIVA

JA considera que a urbanização da favela advirá necessariamente da luta do povo, luta que não será vitoriosa se se apoiar na “ação local com as enxadas”. Sua estratégia parte da necessidade de maximizar a participação popular em todos os níveis, do planejamento à implementação dos projetos de urbanização, e que, ao mesmo tempo, se trabalhe com o Estado e as ONGs, onde se encontram os recursos e a competência necessários. Para se elevar o nível da participação popular, é preciso conscientização e organização de grupos de trabalho comunitários, além de tempo, espaços e meios de comunicação que permitam a discussão pública e a ação coletiva. No Jardim Oratório, isso é feito, primeiro, nos grupos pastorais da comunidade católica local, o que a *Comissão* se encarrega de expandir para toda a favela. Trabalhar com a Igreja, o Estado e as ONGs requer um sério aprendizado por parte dos ativistas, mas também a firme manutenção dos limites entre as atividades pastorais da Igreja e a *Comissão*, entre os núcleos locais do PT e a *Comissão*, entre o governo local, as ONGs e o movimento na localidade.

ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MOVIMENTO, DA COMUNIDADE, DO ESTADO E DO MERCADO

A preservação dos limites, conforme apontado no item anterior, sobre a estratégia, é a chave para solucionar as demandas, às vezes contraditórias, feitas à *Comissão* e seus ativistas. O atendimento nunca é completo, e faz parte do trabalho contínuo do movimento.

VULNERABILIDADES E DESAFIOS

As características da população do Jardim Oratório impõem desafios à *Comissão*, que tenta maximizar a participação. A população é culturalmente diversificada. A falta de oportunidades de trabalho e, em épocas de elevado desemprego, a luta pela sobrevivência redundam em pouco

tempo e energia para dedicar à participação. As expectativas e o nível de demanda são baixos, de modo que o povo é facilmente satisfeito e não percebe a necessidade de uma participação contínua. Em 1992, JA enfatizou o problema da violência como um impedimento à participação e à mobilização. E em 1996 e 2001, ele e outros líderes mostraram-se preocupados com o fato de os jovens serem persuadidos pela cultura mundializada da juventude, voltada para estilos de vida além de seus meios, o que era incompatível com os valores e a visão da *Comissão*. Os ativistas enfrentaram os mesmos problemas que os demais moradores, tornando difícil manter o norte do movimento popular. Por outro lado, muito se tem alcançado (idéia recorrente nas entrevistas a JA ao longo dos anos), e a visão se mantém, principalmente na comunidade da Igreja. Conquistas e visão são fontes de força.

Há uma teoria do desenvolvimento embutida nesses testemunhos resumidos de Mancha e João André. Na parte seguinte desta seção, veremos quão próxima essa teoria implícita está do que eu chamo de nova teoria do desenvolvimento, associada aos nomes de Amartya Sen (2001), Peter Evans (1996) e (Meir e Sigilitz 2001).

A NOVA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO, O JARDIM ORATÓRIO E SUA *COMISSÃO DA TERRA*

Quando João André expõe sua visão sobre a urbanização e Mancha fala do Brasil transformado, ambos se aproximam da própria noção de desenvolvimento que está sendo aperfeiçoada pela nova teoria do desenvolvimento. Essa noção refere-se a cinco processos, analiticamente separados, porém interagindo no rumo da constituição do desenvolvimento. São eles:

1) *Crescente engajamento da cidadania em processos de escolha social*. É com esse processo que Mancha e JA estão mais afinados em seu propósito de maximizar a participação como parte integrante da urbanização. Os líderes da *Comissão* insistem em que a difusão de informações sobre opções, o debate público em torno do assunto e as ações coletivas voltadas para o alcance das metas escolhidas constituem fins em si mesmos.

2) *Crescente disposição da cidadania em investir em bens públicos (serviços de saúde e educação, infra-estrutura de transporte, infra-estrutura urbana) e em intensificar o fornecimento desses bens*. Mancha e JA reivindicam a disponibilidade de bens públicos, e participam da ação coletiva para consegui-los, considerando esse objetivo uma prioridade da *Comissão*. Ao mesmo tempo, faz parte de sua estratégia coletiva a mobilização dos moradores para pressionar o governo local no sentido de que ponha à disposição

da comunidade os serviços públicos que compõem a infra-estrutura urbana e que a *Comissão* não tem capacidade de implantar.

3) *Através do item 2, aumento da produtividade, contribuindo para o crescimento de longo prazo.* Esse processo refere-se à economia em sentido mais amplo, e em minhas entrevistas, eu não fiz perguntas sobre crescimento a longo prazo e produtividade. No entanto, todos os entrevistados declararam-se em busca de um Brasil moderno, próspero e crítico quanto à ineficiência e à ineficácia das elites políticas e econômicas, que, na opinião de todos eles, subverteram a prosperidade, e afirmaram que a saúde da economia e o aperfeiçoamento da democracia são complementares.

4) *Redução da violência e da corrupção como medidas intrinsecamente importantes e promotoras do crescimento.* JA, conforme assinalado, envidou, ao longo dos anos, crescentes esforços na luta pela redução da violência, de modo a permitir que as metas de urbanização fixadas pela *Comissão* pudessem ser cumpridas.

5) *Aperfeiçoamento da capacidade de negociar os desafios e as oportunidades da globalização.* Ambos os entrevistados concordam quanto à importância de aproveitar os recursos e as idéias de além mar, se a *Comissão* pretende manter sua independência do governo local e evitar o clientelismo. Por outro lado, JA, em particular, considera os desafios da globalização sob a forma de uma cultura de consumo da juventude, em nível mundial, que ele aponta como responsável pelo desinteresse dos jovens no que diz respeito ao trabalho da *Comissão*.

Mais interessante ainda do que esses paralelos são os diversos tipos de corporativismo encontrados nas dinâmicas do desenvolvimento. As dinâmicas da nova teoria do desenvolvimento estão representadas no diagrama 1.

O espaço intitulado “Sinergias” representa os processos centrais dessas dinâmicas. A noção de sinergias refere-se ao fortalecimento dos esforços de desenvolvimento, em qualquer uma das cinco dimensões acima indicadas, mediante a interação entre os movimentos sociais que atuam localmente através de associações, como a *Comissão* da Terra, o Estado e as ONGs (Evans, 1996). Quando os assistentes sociais e outros prestadores de serviços estatais “se inserem” nas comunidades em que trabalham – trocando idéias, experiências e conhecimento com os líderes locais e os antigos clientes – os benefícios são mútuos. Com base em novas redes de confiança, a prestação de serviços melhora e as comunidades locais são imediatamente abertas e fortalecidas, aumentando as possibilidades do surgimento de iniciativas locais, auto-ajuda e escolha social. Quando os governos fornecem bens coletivos, e eles o fazem bem (no caso de uma favela, vias de acesso pavimentadas, saneamento, fornecimento de água,

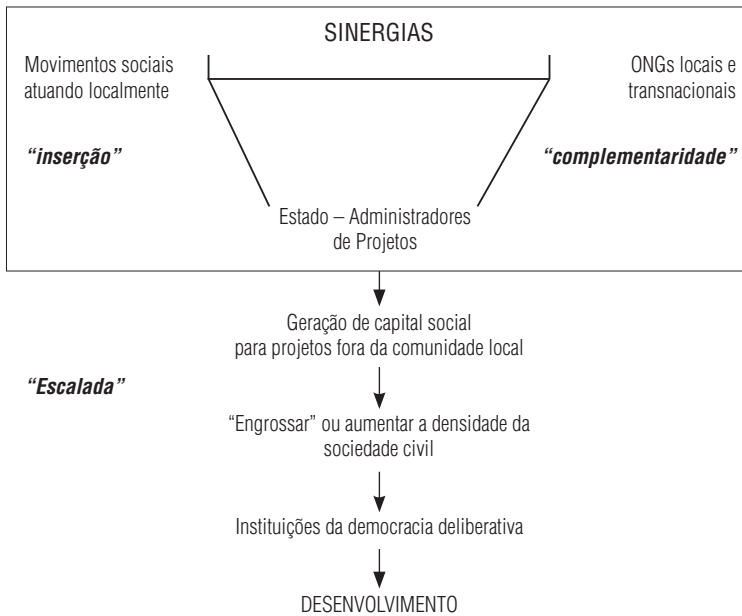
mas também lei e ordem), e esses bens facilitam o trabalho das cooperativas locais, então, sim, pode-se falar em “complementaridade”.

Nem Mancha nem JA recorrem às noções de incrustação ou complementaridade. Mas, quando expõem suas metas, suas estratégias de ação coletiva e suas vulnerabilidades, eles mostram que consideram a conquista de sinergias como parte integrante da urbanização, seja como meio, seja como fim. Eles percebem as limitações e os perigos de se atuar sozinho: a falta de recursos e de competência técnica os aprisionaria nas malhas da política reivindicatória reativa. E o comunitarismo introspectivo removeria as múltiplas conexões externas, necessárias se se pretende que a transformação do Jardim Oratório constitua um capítulo local da transformação nacional. E eles reconhecem, e buscam, os benefícios da interação com o Estado e com as ONGs, sempre sob a condição de que a integridade das partes envolvidas seja preservada: tal como a noção de sinergia deveria ser.

Em certo sentido, talvez, eles acrescentem uma crítica à noção de sinergia. Ambos insistem na manutenção dos limites entre as partes envolvidas nas sinergias e refletem sobre as vulnerabilidades dos movimentos locais quando essas fronteiras são violadas. Eles estão, na verdade, argumentando que nenhum valor é acrescentado se os “de fora” que se integraram à comunidade calarem a voz e infringirem a autonomia dos “de dentro”; e que não existe complementaridade se uma das partes simplesmente usa a outra para seus próprios fins, os quais não foram negociados. Essa insistência é plenamente consistente com a noção de Sen sobre a escolha social como meta de desenvolvimento, e traz à tona a suspeita de que falar de sinergia é, necessariamente, endossar o novo gerencialismo de muitas ONGs dedicadas ao desenvolvimento, assim como os Estados e as instituições de governança mundial (Petras, 1999).

No marco da nova teoria do desenvolvimento, a cadeia de efeitos definida como “escalada” (do micro ao macro, das práticas locais às instituições nacionais) é contingente no processo de sinergia assim entendido. Esse é um importante ponto de partida da teoria de Putnam e outros, que vincula as associações locais à geração de capital social e à ampliação da sociedade civil através da manutenção de uma democracia institucional em nível nacional (Putnam, 2000). Segundo a nova teoria do desenvolvimento, as associações locais não produzem, por si só, capital social passível de intercâmbio societal, assim como tampouco a simples soma de associações amplia a sociedade civil. A “escalada” só ocorrerá quando determinados tipos de associação local produzirem bens coletivos que agreguem valor às sinergias descritas no Diagrama 1.

Diagrama 1
As ONGs, os movimentos sociais e o Estado nos processos de desenvolvimento



Mancha e JA são mais ativistas do que teóricos. Extraí de suas entrevistas o que considero uma teoria do desenvolvimento e das sinergias necessárias para alcançá-lo, notavelmente próxima à nova teoria do desenvolvimento. Como ativistas, testam suas esperanças e estratégias cotejando-as com as reflexões sobre as vulnerabilidades da *Comissão*, tal como eles as vivenciaram. Mediante um relato das vicissitudes da *Comissão*, proponho que sigamos seu exemplo e submetamos a nova teoria do desenvolvimento, em particular, a idéia de sinergia, a uma espécie de teste da realidade.

Esse relato é apresentado aqui sob a forma de instantâneas das práticas e projetos, das conquistas e falhas da *Comissão* em diversos momentos entre 1988 e 2001. A *Comissão* será examinada nesses vários momentos a fim de determinar até que ponto a visão de futuro de Mancha e JA – e, sugiro, de outros ativistas da *Comissão* – foi percebida, em oposição à extensão em que as vulnerabilidades detectadas por eles se materializaram. Com base em nosso exame da *Comissão*, indagamos: quais são, num conjunto específico de circunstâncias locais, nacionais e globais, as possibilidades e os entraves à geração de sinergias? Quais são, sob circunstâncias específicas, as chances e os desafios do processo de “escalada”?

INSTANTÂNEAS DA COMISSÃO, JARDIM ORATÓRIO, 1988-2001

INSTANTÂNEA 1, 1988

Em 1988, a *Comissão* aparece como um nó na rede que envolve o movimento popular de moradores da Grande São Paulo. Seus líderes, que se consideram parte de um movimento mais amplo, mantêm encontros regulares com os dirigentes de associações similares, seja informalmente, seja em assembléias regionais e seminários de capacitação para os movimentos populares. Talvez, mais importante do que seus vínculos organizacionais, seja o fato de compartilharem uma história de luta através do que Sonia Álvarez (1993: 196) chama de “o fio discursivo” da “linguagem pré-participativa sobre direitos e cidadania”, que, “ao longo das décadas de 1970 e 1980, perpassou as lutas urbanas dispersas, localizadas, unindo-as em amplas e crescentes redes de movimentos populares”. Essa malha é tecida tanto nas liturgias católicas e no palco dessas assembléias e seminários quanto nas comunicações formais de palestrantes e declarações escritas.

Desde sua constituição formal, em 1984, a *Comissão* já avançou muito. Tornou-se uma espécie de governo local extra-oficial no Jardim Oratório, demarcando lotes e limites de ruas através da negociação com invasores e grupos de vizinhos, organizando mutirões para a construção de casas e criando uma cooperativa para a fabricação de tijolos. Em diversas ocasiões, a *Comissão* mobilizou grande número de famílias para tratar com o governo municipal uma série de assuntos, desde o fornecimento de água até os mais sérios temas, como, entre outros, a maneira em que o planejamento urbano deveria ser encaminhado e os tipos de títulos de propriedade a que os moradores teriam direito. Não menos importante do que suas conquistas é seu *modus operandi*. A *Comissão* não perdeu sua característica de entidade originada da iniciativa do grupo da Pastoral católica, liderado por padres jovens e seminaristas da Ordem do Redentor, que moram na própria favela, nem se propôs a seguir sozinha, sem depender dos recursos que pode obter através de seus laços com a Igreja. Importa dizer que a *Comissão* é conduzida por laicos e que segue linhas justas e democráticas, tomando todas as decisões importantes depois de discuti-las exaustivamente. Seus líderes continuam responsáveis pelo cumprimento das tarefas que lhes são encomendadas pela *Comissão*, assim como pelo uso dos recursos financeiros e de outros tipos. Esse laicalismo está extraordinariamente vivo quanto à necessidade de procedimentos e formas responsáveis de agir, o que evita que se tome o caminho fácil do clientelismo e do apadrinhamento político encontrado numa associação de moradores rival. Todos os domingos pela manhã, cerca de 12 membros de uma Executiva, eleita por associados inscritos na *Comissão* (em torno de 200 residentes), encontram-se para discutir as atividades da semana e planejar

projetos. Qualquer integrante da *Comissão* tem direito de comparecer a essas reuniões, e, ocasionalmente, um ou dois participam dos debates. A *Comissão* não é, em sentido algum, uma associação civil do tipo que se supunha virtualmente não existir entre as bases populares no Brasil até a década de 1970.

Em 1988, três membros da Executiva foram eleitos para o período de um ano, na qualidade de liberados, isto é, para trabalhar por tempo integral em projetos da *Comissão* em troca de um salário mínimo, pago com recursos de um financiamento recebido de uma agência de cooperação católica alemã e, posteriormente, de uma organização protestante européia. Os liberados trabalham em projetos tais como: a construção de casas modelo, a supervisão do fabrico de tijolos de cimento instituído pela *Comissão* (também financiado pela agência de cooperação estrangeira), a organização da atividade de uma cozinha comunitária e a mobilização dos moradores para os contatos com o gabinete do prefeito. Em tudo isso conta-se com muita ajuda da “casa dos padres”, assim como de conselheiros recrutados através das redes da Igreja Católica, ativadas pelos padres e seminaristas. O padre responsável pela casa assiste a cerca da metade das reuniões da Executiva. Um jovem arquiteto da Universidade Católica de São Paulo (Mancha e seu sucessor, Ton) freqüentemente assiste às sessões, apresenta plantas de casas modelo e de um galpão comunitário, eventualmente construído com financiamentos europeus. Ocasionalmente, comparecem estudantes de jornalismo, que auxiliam na produção da folha de notícias comunitárias, elaborada pela *Comissão*, e do boletim de uma página. Sendo assim, essa associação civil local não é, de modo algum, uma entidade meramente local nem exclusiva das classes populares. Pelo contrário, sua rede de influências, seus fluxos de recursos discursivos e materiais perpassam as classes e até mesmo as fronteiras nacionais.

INSTANTÂNEA 2, 1992

Em torno do ano de 1992, a *Comissão* ficou impossibilitada de manter os níveis de mobilização presentes em 1988. Vários fatores contribuíram para esse declínio. Bandos de homens jovens, desempregados, porém desejosos de tornarem-se consumidores da cultura global da juventude, aterrorizavam a vizinhança. O medo impedia que moradores, sobretudo mulheres, se aventurassem a sair para reuniões e festas, religiosas e sociais, que nutriam as raízes da *Comissão* em diversas partes da favela. A violência também enfraqueceu o interesse na ação coletiva destinada a fazer do Jardim Oratório um lugar melhor para viver. As únicas opções seriam aumentar a segurança da família ou, melhor, mudar-se para uma área mais segura, se fosse possível encontrá-la e estivesse nos limites de renda familiar. Foi o que ouvi ao entrevistar uma amostra de

10% das famílias. Consideravam que a *Comissão* não tinha possibilidade de ajudar e de agir com eficácia frente à violência. Os moradores acharam também que a *Comissão* fracassou em seus projetos de urbanização. O governo local, vitorioso nas eleições municipais de 1988, opunha-se firmemente às associações de moradores de favela como a *Comissão*. Desse modo, esta foi mantida fora do círculo do governo local, inclusive no que tange ao acesso a recursos e à competência de seus funcionários, antes ativamente procurados por aquela entidade. Descobriu-se, ou melhor, confirmou-se a opinião de seus dirigentes, que, enquanto permanecesse fora daquele círculo, a *Comissão* não poderia caminhar com os próprios pés rumo à urbanização.

A Executiva da *Comissão* decide lançar um de seus integrantes como candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores, nas eleições de 1992, de modo a ter voz dentro do governo local. Porém, essa tentativa de fazer frente à exclusão mostra-se politicamente desastrosa, o que abate seriamente o moral da *Comissão*, além de continuar a minar, no conceito dos moradores, seu *status* de grupo dirigente capaz de solucionar os problemas. Envidam-se grandes esforços na campanha, mas o candidato perde, não conseguindo obter votação suficiente no Jardim Oratório. Pouco tempo depois, ele deixa a favela. A *Comissão* viu-se obrigada a enfrentar o fato de que, longe de ser a vanguarda de uma comunidade unida, havia perdido muito de sua capacidade de mobilização numa área residencial em que os estilos de vida e as estratégias de sobrevivência diversificaram-se de maneira crescente ao longo dos últimos anos da década de 1980.

INSTANTÂNEA 3, 1996

Em 1992, a *Comissão* mostrava-se impotente diante de um conjunto de fatores, tanto em nível local quanto globalmente, que parecia subvertê-la. Por isso, foi surpreendente descobrir, em 1996, que ela não apenas havia sobrevivido, como também anotado conquistas em sua agenda de urbanização, além de ter-se adaptado a algumas das circunstâncias que, em 1992, pareciam subjugar-lá. A *Comissão* liderou uma vitoriosa campanha para enfrentar o seríssimo problema do destino do lixo na favela. Nesse empenho, a *Comissão* trabalhou conjuntamente com outras associações antes consideradas rivais ou que subvertiam a esperança de uma comunidade unida e autônoma no Jardim Oratório. Entre aquelas se inclui uma congregação pentecostal que permitiu o uso de sua rádio comunitária no intuito de mobilizar os moradores para que instalassem e mantivessem locais de coleta de lixo na vizinhança, e a *Sociedade de Amigos do Bairro* (SAB), antes tida como uma entidade clientelista, mas reconhecida, então, como dona de um potencial próprio de mobilização em certas partes da favela. O projeto da destinação

do lixo marca um avanço nas estratégias e agendas da *Comissão*. Muda o foco da ação, antes voltado para obter serviços e recursos do governo municipal, e agora mirando na direção do que a *Comissão*, junto aos seus novos aliados e com base em consultas a ONGs de desenvolvimento comunitário, pode conseguir sem recorrer ao Estado ou contando apenas com aportes complementares solicitados ao governo da cidade. Ademais, a *Comissão* muda sua estratégia de mobilizadora exclusiva de toda a comunidade do Jardim Oratório, apoiando-se sobre a sólida base de uma população católica unida, voltando-se para a urbanização tal como concebida pela própria *Comissão*. A entidade, revitalizada, reconhecendo a diversidade, tenta agora providenciar espaços públicos e ocasiões para ventilar e mediar as diferenças em torno dos papéis de gênero e dos estilos de vida segundo a geração, tanto entre a população católica quanto no que tange à comunidade de modo geral. Pela primeira vez, a *Comissão* tem uma mulher presidindo-a, ao mesmo tempo em que uma agente de saúde, contratada pelo governo local para trabalhar no Jardim Oratório, torna-se uma participante influente nas reuniões do colegiado da *Comissão*, estimulando, de maneira entusiasta, a participação local nos programas de saúde promovidos conjuntamente pela *Comissão* e pela administração municipal.

Mas existe um lado negativo. Em 1996, há amigos ausentes. Alguns dos líderes da *Comissão* mudaram-se, a maioria para outras áreas da periferia da Grande São Paulo, o que representou uma grande perda. Ademais, o fluxo dos recursos financeiros das ONGs internacionais – sempre incertos, porém essenciais – parecia estar secando, embora o moral tivesse sido elevado quando uma ONG italiana selecionou JA para integrar um grupo de líderes comunitários latino-americanos convidado a visitar ONGs européias de apoio ao desenvolvimento.

INSTANTÂNEA 4, 2001

Muitas mudanças ocorreram em Mauá e no Jardim Oratório. Inclusive o nome da *Comissão*, agora denominada *Associação Comunitária em Defesa da Cidadania – Comissão da Terra*. Os vínculos com a comunidade do Redentor foram atenuados porque os padres e seminaristas fecharam sua casa. O PT está em seu segundo mandato em Mauá, e diversos líderes da *Comissão*, inclusive JA, que é assessor técnico do Secretário da Habitação, galgaram posições na administração. O Jardim Oratório é muito menos uma favela, e muito mais um bairro popular. Atualmente, existe uma rua semicircular pavimentada que corta o Jardim Oratório, e um ônibus circular que vai até Mauá. O fornecimento de água, as linhas de esgoto e a eletricidade já cobrem toda a área. As “demandas” da *Comissão*, feitas ao longo de duas décadas, foram atendidas. A coleta e a separação do lixo, feitas em diversos pontos, funcio-

nam bem, contando com recursos complementares do município e da *Comissão*, a qual capta uma modesta renda proveniente da venda de lixo reciclável, que é comprimido e ensacado.

Porém nem tudo está bem, segundo JA, novamente presidente da *Comissão*. Ele é grato pelo seu trabalho e gosta do que faz, mas expressa desapontamento com a vitória do PT. O prefeito, petista, recusa uma participação real e plena dos movimentos de moradores na elaboração e avaliação do orçamento. JA e outros companheiros que, como ele, foram agraciados com empregos em razão da longa militância no movimento e no Partido, sabem que têm “rabo preso”, ou seja, eles não apenas sentem, mas foram advertidos de que não devem fazer críticas à administração publicamente. Sua própria inclusão no governo e a formalização dos procedimentos de consultoria implicam, curiosamente, menor acesso ao governo local do que em qualquer outro momento desde a abertura política, no final da década de 1980. Os moradores do Jardim Oratório sabem de tudo isso, o que constitui, na visão de JA, um dos motivos do dramático declínio no nível de participação na própria *Comissão* e em seus projetos. Uma outra razão, considera ele, refere-se à satisfação prematura, por parte da maioria dos moradores, com a urbanização, que eles acreditam concluída, e com sucesso.

DISCUSSÃO

Essas instantâneas atestam a perspicácia de Mancha e JA quanto ao que consideram as vulnerabilidades da *Comissão* e os desafios que deveriam ser superados para que essa visão comum de um futuro melhor se tornasse realidade. Na linguagem da Nova Teoria do Desenvolvimento, as instantâneas sugerem que as sinergias acontecem apenas momentaneamente, e nunca de maneira sustentável; e que a “escalada” pára quando as sinergias fracassam ou quando se impede que o movimento dê um passo à frente.

As instantâneas revelam muito claramente a dificuldade de manter o ritmo da demanda e dos projetos de cidadania tidos pela *Comissão* como integralmente relacionados. Apesar de uma certa independência dos projetos ter sido mostrada na Instantânea 2, na medida em que a participação cidadã enfraquece devido ao fracasso das campanhas reivindicatórias, a limitação de recursos e fatores atinentes ao ambiente político parecem descartar o objetivo conjunto dos dois projetos. Ademais, as sinergias desejadas pela *Comissão*, essenciais na Nova Teoria do Desenvolvimento, mostram-se, em todo o período, impossíveis de se alcançar. As alternativas prováveis, sugeridas nas Instantâneas 2 e 4, aparecem como fracasso da sinergia, na medida em que nem o Estado exclui a associação local nem a conquista. As fronteiras entre as partes são, provavelmente, demasiadamente altas ou por demais permeáveis

e nebulosas para permitir sinergias. Finalmente, as Instantâneas sugerem que fatores incontrolláveis por qualquer uma das partes com respeito à sinergia local – fatores esses que nós enfeixamos sob a rubrica da globalização – em equilíbrio debilitam a capacidade da *Comissão* e a vontade do Estado de serem parceiros na sinergia.

Os teóricos não são mais otimistas do que essas conclusões do caso. Evans e outros (Evans, 1996) consideraram as dificuldades em alcançar sinergias nos processos de “escalada” nos próprios casos a partir dos quais eles construíram suas teorias. Por exemplo, Evans assinala de que maneira a inserção facilmente desemboca no clientelismo, e considera ser quase certo que a “escalada” recue na ausência de empreendedores institucionais criativos. Testemunhos colhidos na linha de frente do desenvolvimento que está sendo praticado não deixam espaço para ilusões: “Nós assumimos compromissos, abrimos novos processos... estamos enfrentando complexidades. Declaramos interdependência. Tomamos dinheiro emprestado aos poderes que combatemos, tentamos confundi-los e ficamos confusos. Continuamos descuidados no uso dos bens e indiferentes à produção e ao consumo. Tentamos viver com o sistema e fugir dele. Somos esmagados pelo rolo compressor do capital e da tecnologia; morremos de fome e nos habituamos a reivindicar em nome dos oprimidos e moribundos: vivemos nas grades do Norte e do Sul, uns contra outros” (Charkiewicz e Nijpels, 1993: 18-19, *apud* Waterman, 2001).

Contudo, alguns teóricos, tal como um reduzido círculo de ativistas do movimento no Jardim Oratório, bem como grupos similares em todo o Brasil, persistem na esperança de que um tipo de desenvolvimento que integre elementos tais, como redução da pobreza material, ampliação da capacidade de escolha, libertação e verdadeira democracia, não é apenas desejável, mas uma possibilidade concreta. E o que sugerem as Instantâneas do Jardim Oratório e sua *Comissão* quanto ao realismo de tal esperança?

A resposta depende de um certo grau de suposições, expectativas e perspectivas. Se supusermos que os movimentos reais pelo desenvolvimento são idênticos, em termos de estratégia e estrutura, aos famosos movimentos dos anos 70 e 80 do século XX, que se integravam em torno da “viga mestra” da oposição aos militares, nada demais se deve esperar ou ver na *Comissão* e na rede de movimentos de que ela faz parte (Hochstetler, 2000). Certamente, nada similar à “escalada” deve-se esperar de uma base fincada em sinergias em que os capítulos locais dos movimentos de moradores, como a *Comissão*, sejam partes. Se presumirmos que a globalização econômica, política e cultural opera articuladamente com o único e inescapável objetivo de destruir as associações locais e os movimentos populares, e até mesmo a capacidade do Estado de fazer frente às demandas do movimento, então, resta lugar

apenas para o que é escuro e negativo em nossas Instantâneas no amplo marco da realidade. Se as dicotomias discursivas da modernidade foram rigorosamente aplicadas – hegemônico *versus* resistente, clientelismo *versus* reciprocidade simétrica, poder do Estado *versus* sociedade civil local –, então, a noção chave de sinergia parece uma impossibilidade, e sua busca, uma ilusão. Porém, se examinarmos as Instantâneas a partir de outras premissas, de outras idéias sobre globalização e de um discurso de categorias dialéticas, em vez de dicotomias categóricas, talvez possamos distinguir tons mais promissores.

Em primeiro lugar, tomemos uma premissa que nos permita ao menos considerar que a rede de discursos e de pessoal que serve de conexão com associações como a *Comissão da Terra* pode constituir fator de significativa transformação social. Isso nos ajuda a perceber que se, por um lado, a perda de dirigentes assinalada na Instantânea 3 atinge a *Comissão*, por outro, talvez não prejudique o movimento. De fato, pelo menos um, dentre os que deixaram a comunidade, se tornará, em 2001, um importante líder de uma associação de moradores, também situada na periferia, embora distante, e ele mantém permanente contato com os dirigentes da *Comissão* que permaneceram na área, bem como com associações congêneres na região. Uma observação atenta da rede também nos permite explicar – e nos leva a incluir entre os nossos cálculos – o poder de recuperação da *Comissão*. Membros desse núcleo local de uma rede de movimentos têm conseguido extrair forças de seu conhecimento e de seu envolvimento em fatos ocorridos nos tempos mais difíceis do Jardim Oratório. A questão é a seguinte: a localização da *Comissão* numa espécie de ecologia do movimento social – a rede de movimentos para a qual Álvarez (1997) nos chama a atenção (ver também Ireland, 1999) – mostra-nos os caminhos pelos quais a *Comissão*, em seus momentos de maior declínio, consegue dispor de recursos discursivos, morais e práticos que lhe permitem retomar seu papel como parceiro das sinergias locais.

Em segundo lugar, vejamos outras perspectivas quanto à globalização. Não resta dúvida de que muitas das mudanças evidenciadas pelas Instantâneas podem ser atribuídas a fatores relacionados à globalização econômica e cultural em São Paulo. No âmbito da periferia urbana, a globalização econômica afetou rapidamente as oportunidades de emprego, bem como a vontade e a capacidade das agências responsáveis pela provisão de infra-estrutura urbana e serviços através de formas – incluindo a geração da violência – que minaram os movimentos populares de moradores e as associações já constituídas, como a *Comissão*. Concomitantemente, a globalização cultural, que provocou uma extensa diversificação de aspirações a estilos de vida, criou uma tendência de fragmentação da solidariedade social, da qual dependiam entidades como a *Comissão* (Banck, 1995). No entanto, nas Instantâ-

neas não existem elementos que nos levem à conclusão de que quanto mais extensa for a globalização, mais razão haverá para descartar associações como a *Comissão*, bem como os movimentos de que são parte, como parceiros nas sinergias locais pelo desenvolvimento.

A compreensão atual e mais sofisticada das ambigüidades das distintas formas de globalização ajuda-nos a entender de que forma os fluxos globais de recursos materiais e discursivos, além de pessoal, enriqueceu e manteve a *Comissão* (Ireland, 2002). Mancha assinala que o financiamento da Alemanha ajudou, certa vez, a *Comissão* a reduzir a dependência do governo local e a concluir projetos que serviram a dois propósitos: fazer previsões sobre o modelo da nova cidade do Brasil desenvolvido do amanhã, e assegurar o futuro da *Comissão* após a exaustão da política de reivindicações. Indiscutivelmente, o atual declínio da *Comissão* somente poderá ser superado se as conexões e os fluxos globais permitirem uma retomada dos projetos da década de 1980. O projeto da *Comissão* de promover a prática ativa da cidadania no Jardim Oratório pode depender do desenvolvimento da sociedade civil global (Waterman, 2001).

Contudo, a ressurreição dos projetos cooperativos não parece provável, e se a visão e as energias da *Comissão* tiverem que ser novamente mobilizadas e apoiadas financeiramente, o Jardim Oratório pode não ser o local apropriado para implementar os antigos projetos. Essa consideração, combinada ao contexto político apresentado na Instantânea 4, sugere que a *Comissão* já não desempenha seu pequeno papel, em nível local, nos processos desenvolvimentistas no marco da Nova Teoria do Desenvolvimento. A Instantânea 4 nos mostra o governo local, mesmo nas mãos do Partido, dos movimentos, cooptando e domando os líderes da *Comissão*, subvertendo seus projetos de criação e participação, mesmo quando isso atende a demandas permanentes. A partir das Instantâneas 2 e 4 tende-se à tentação de generalizar a idéia de que a sinergia entre o governo local e as associações de igual âmbito é quase impossível, uma vez que o Estado, impelido pela lógica da maximização do controle e da minimização da incerteza, ou exclui o movimento local ou o coopta. Se considerarmos as Instantâneas à luz dos tipos de dicotomias discursivas antes assinalados, poderíamos concluir que a *Comissão* nunca teve nada a ver com os processos de desenvolvimento, representados no Diagrama 1.

De minha parte, argumento que essa não é uma conclusão necessária e que a própria história da *Comissão*, vista no contexto da rede de movimentos de que ela faz parte e interpretada à luz de uma perspectiva mais dialética e histórica, ajudará a entender o notável e verdadeiro, embora falho e descontínuo, processo de desenvolvimento que ocorreu – e continua ocorrendo – no Brasil. Desenvolvimento, esse – tal como concebido pela Nova Teoria do Desenvolvimento –, idealizado pela

Comissão e levado a efeito através das sinergias entre o Estado, as ONGs as redes de associações locais inseridas nas congêneres do movimento social. Um desenvolvimento que também pode ser traçado pelos parceiros que contribuem para as sinergias que o tornam possível, como é o caso da *Comissão*, com seu vai-e-vem, declinando e recuperando-se.

Assim, concluímos com uma consideração extraída dessa perspectiva alternativa. A sinergia pode ser conquistada não apenas mediante intercâmbios de valor agregado, estrita e permanentemente, entre as partes (as ONGs, as associações do movimento local e o governo de igual âmbito), mas também mediante a transferência de pessoal entre elas. De modo que se tenha – como de fato ocorreu no Jardim Oratório – trabalhadores da educação, da saúde e do bem-estar social tornando-se líderes do movimento, ao mesmo tempo em que dirigentes deste passam a integrar a equipe da ONG, do governo e até legisladores eleitos – mesmo que em outra localidade. Então, as sinergias surgem na medida em que a visão, o discurso e a experiência das entidades do movimento local passem a integrar e a transformar as demais partes. Claro que nada aqui é automático ou garantido. Todas as sinergias, como quer que ocorram, são sempre frágeis; e a escalada é, por necessidade, repleta de reveses e corrupção.

BIBLIOGRAFIA

- Alvarez, S. E. (1993) “‘Deepening’ Democracy: Popular Movement Networks, Constitutional Reform, and Radical Urban Regimes in Contemporary Brazil”, in Fischer R. and Kling J. (eds.) *Mobilizing the Community: Local Politics in the Era of the Global City* (Newbury Park: Sage Publications).
- Alvarez, S. E. (1997) “Reweaving the Fabric of Collective Action: Social movements and challenges to ‘Actually Existing Democracy’ in Brazil”, in Fox, Richard G. and Starn, Orin (eds.) *Between Resistance and Revolution: Cultural Politics and Social Protest* (New Brunswick e Londres: Rutgers University Press).
- Banck, G. (1995) “Mass Communication and Urban Contest in Brazil: Some Reflections on Lifestyle and Class”, in *Bulletin of Latin American Research*, No. 13(1).
- Baiocchi, G. (2001) “Participation, Activism and Politics: The Porto Alegre Experiment and Deliberative Democratic Theory”, in *Politics and Society*, No. 29(1).
- Cavalcanti, H. (2002). “O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo”, in Burity, J. A. (org.) *Cultura e Identidade: Perspectivas Interdisciplinares* (Rio de Janeiro: DP&A Editora).

- Cohen, J. and J. Rogers (1995) *Associations and Democracy* (Londres: Verso).
- Evans, P. (1996) "State-Society Synergy: Government Action and Social Capital in Development", in *World Development*, No. 24(6).
- Fox, J. (1996) "How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico", in *World Development*, No. 24(6).
- Fung, A. and E. O. Wright (2001) "Deepening Democracy: Innovations in Empowered Participatory Governance", in *Politics and Society*, No. 29(1).
- Heller, P. (2000) "Degrees of Democracy: Some Comparative Lessons from India", in *World Politics*, No. 52.
- Heller, P. (2001) "Moving the State: The Politics of Democratic Decentralization in Kerala, South Africa and Porto Alegre", in *Politics and Society*, No. 29(1).
- Hochstetler, K. (2000). "Democratizing Pressure from Below? Social Movements in the New Brazilian Democracy", in Kingstone, P.R. and Powers, T. J. *Democratic Brazil: Actors, Institutions and Processes* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press).
- Ireland, R. (1999) "Popular Religions and the building of democracy in Latin America: Saving the Tocquevillian parallel", in *The Journal of InterAmerican Studies and World Affairs*, No. 41(4).
- Ireland, R. (2000) "The Dancing Spirits of World Capitalism: Globalisation, Popular Culture and Citizenship in Salvador", in *JILAS*, No. 6(2).
- Ireland, R. (2002) "The Global Vectors in Brazil's Popular Movements", in J. Goodman *Protest and Globalisation: Prospects for Transnational Solidarity* (Annandale, NSW: Pluto Press).
- Meier, G. and Stiglitz, J. (2001) *Frontiers of Development Economics* (Nova Iorque: Oxford University Press – World Bank).
- Petras, J. (1999) "NGO's: In the Service of Imperialism", in *Journal of Contemporary Asia*, October, No. 29(4).
- Putnam, R. (2000) *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community* (Nova Iorque: Simon and Schuster).
- Sen, A. (1995) "Rationality and Social Choice", in *American Economic Review*, No. 85.
- Sen, A. (1999) *Development as Freedom* (Nova Iorque: Alfred A. Knopf).
- Sen, A. (2001) "What Development is About", in Meier, G. and Stiglitz, J. (2001) *Frontiers of Development Economics* (Nova Iorque: Oxford University Press – World Bank).
- Slater, D. (ed.) (1985) *New Social Movements and the State in Latin America* (Amsterdã: CEDLA).

A POBREZA DO ESTADO

Tendler, J. (1997) *Good Government in the Tropics* (Baltimore: Johns Hopkins University Press).

Waterman, P. (2001) *Globalization, Social Movements and the New Internationalisms* (Londres e Nova Iorque: Continuum).